

Sessão 2

PSDB: UMA ANÁLISE DAS COMISSÕES EXECUTIVAS NACIONAIS DE 1989 A 2013

Brina Deponte Leveguen¹⁰³

brinadl@hotmail.com

Pedro Floriano Ribeiro¹⁰⁴

Financiamento: Programa Jovens Talentos para a Ciência - CAPES

Resumo: O presente trabalho analisa a estrutura organizacional do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), desde 1989 até 2011-2013, dando ênfase na Executiva Nacional como órgão dirigente mais importante do partido e o processo de oligarquização da cúpula tucana. Para tanto, busca relacionar autores clássicos sobre partidos políticos, como Duverger e Michels, com artigos atuais sobre o PSDB, de Ribeiro e Roma. Além disso, faz um estudo empírico sobre o grau de oligarquia do partido, com base nos indicadores de Schonfeld e assim formular hipóteses sobre os valores encontrados e situações tanto endógenas como exógenas que possam ter afetado esses resultados.

Palavras-chave: Partidos Políticos; PSDB; Comissão Executiva Nacional; Oligarquização

Existem muitos estudos sobre partidos políticos, mas pouquíssima análise sobre as estruturas dirigentes desses. Antes de competir em eleições e atuar externamente, um partido necessita se organizar internamente. Para tanto conta com os órgãos dirigentes, no caso os Diretórios e as Comissões Executivas, em níveis nacionais, estaduais e municipais. As formas como os partidos se organizam reflete toda uma estrutura interna, desde o programa partidário até a filiação (ROMA, 2002, p. 72).

O Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) foi criado em 1988, por parlamentares dissidentes do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). “Sua criação como partido interno ao sistema parlamentar propiciou uma estrutura organizacional fraca, descentralizada, a inexistência de atividades extra-eleitoral e pequena participação dos filiados e a falta de instâncias democráticas de veto às decisões das elites dirigentes” (ROMA, 2002, p. 72). Ocorre dessa forma, uma federalização no grau de centralização orgânica, uma autonomia para os líderes a nível local, desde que seja sobre assuntos também locais,

¹⁰³ Aluna do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, integra o Centro de Estudos de Partidos Políticos (CEPP) da UFSCar.

¹⁰⁴ Professor de Ciência Política na Universidade Federal de São Carlos – UFSCar e coordenador do CEPP.

enquanto a nível nacional a falta dessas instâncias de veto resulta em uma centralização das decisões por parte dos dirigentes, sem participação das bases.

Essa pesquisa analisa o PSDB sob a forma estrutural das Executivas Nacionais, por meio de uma comparação histórica desde a fundação do partido em 1988, com a primeira executiva criada dia 31 de março e 1 de abril de 1989 até a composição atual 2011-2013, totalizando 10(dez) Executivas. De 1989 a 2013 a Comissão Executiva teve, ao todo, 111 membros.

A escolha pela análise dessa estrutura dirigente é que mesmo o órgão principal sendo o Diretório Nacional, pois cabe a ele tomar as principais e mais relevantes decisões, inclusive definir a Executiva, o grande número de membros, em alguns casos, como o PSDB passando de 200, dificulta a reunião e resolução das questões. Em contrapartida no PSDB as Executivas Nacionais tiveram em média 24 membros, por isso, na prática ela acaba adquirindo um poder maior. No PSDB, o estatuto admite que as Executivas exerçam praticamente todas as atividades dos Diretórios, tais como ditar regras sobre o lançamento de candidaturas e decidir sobre a prorrogação dos mandatos dos próprios dirigentes.

Essa pesquisa teve como objetivo principal analisar se ocorre a formação de uma oligarquia da comissão que resolve e pondera as principais questões e os posicionamentos do PSDB, buscando responder a questão: qual o nível de oligarquização das Comissões? Existe realmente uma tendência a lei da oligarquia de Michels? “Michels define a oligarquização como a concentração de poderes nas mãos de uma reduzida aristocracia partidária, autonomizada em relação à base e praticamente inamovível, com seus membros permanecendo longos períodos de tempo nos cargos” (RIBEIRO, 2010, p. 215).

Segundo Duverger (1987), a maioria dos grupos quer se apresentar com características de democracia, mas na realidade possuem um sistema oligárquico. Os partidos e suas direções não são diferentes. No caso dos órgãos partidários, a oligarquia pode ser percebida caso não haja uma rotatividade considerável dos membros de uma Executiva em relação à anterior. A estrutura tende a ser oligárquica, pois os dirigentes acabam compondo uma classe, a classe de chefes. E como oligarquia, os membros se prolongam no poder, resultando num envelhecimento, com troca apenas quando alguém morre ou se afasta por vontade própria. Para ocorrer uma renovação, um rejuvenescimento da estrutura, é preciso lutar contra essa tendência.

O uso do voto indireto possibilita essa aparência democrática, sem que seja de fato, porque não é a base que vota nos dirigentes, mas sim esta define os delegados e

esses posteriormente votam nos membros para as instâncias superiores. Além disso, na maioria dos partidos uma única chapa se inscreve para ser a nova Executiva, portanto, os delegados não votam plenamente e sim só ratificam a decisão, dando uma aparência de democracia.

“A eleição deveria impedir o nascimento de uma oligarquia; de fato, parece antes favorecê-la. As massas são naturalmente conservadoras; apegam-se elas aos seus velhos chefes, desconfiam de novas fisionomias” (DUVERGER, 1987, p. 188).

Para verificar se ocorre de fato esse processo no PSDB, foram usados os indicadores criados por William Schonfeld para avaliar o grau de estabilidade dos membros.

Os indicadores foram sistematizados e explicados claramente na tabela a seguir, em Ribeiro (2010):

INDICADORES DE OLIGARQUIZAÇÃO: OS ÍNDICES DE SCHONFELD

Índice e Fórmula	Pergunta Respondida	Observação
<i>Renovação simples</i> $= \text{estreantes} / \text{NCt}$, onde NCt expressa o total de postos da composição recém-eleita.	Do total de membros de Ct, quantos (%) integram a instância pela primeira vez?	
<i>Taxa de permanência</i> = $\text{reeleitos} / \text{NCt}$	Do total de membros de Ct, quantos (%) já integravam Ct-1?	Mede a taxa de reeleição dos membros, sempre em comparação com a composição imediatamente anterior.
<i>Substituição simples</i> = $(\text{estreantes} + \text{retornantes}) - \# / \text{NCt}$, onde <i>retornantes</i> são aqueles dirigentes que, embora não estando em Ct-1, já haviam participado da mesma instância anteriormente.	Do total de Ct, qual a proporção(%) de cadeiras em que houve troca de membros em relação a Ct-1?	Mede a substituição total entre Ct e Ct-1, agregando tanto os estreantes quanto os que retornam à instância depois de um período de ausência, e descontando-se o peso inercial do aumento de vagas. Índice capta, assim, o efeito do <i>rodízio</i> de dirigentes. (NCt = reeleitos + estreantes + retornantes).

Ao fazer a análise das Executivas Nacionais do PSDB e o processo de oligarquização foram considerados os membros presidentes, ex-presidentes, vice-presidentes, secretários, tesoureiros e vogais, não foram considerados suplentes, líderes da Câmara e do Senado e nem as mudanças de membros inter-Encontros. A decisão por não considerar esses membros é que

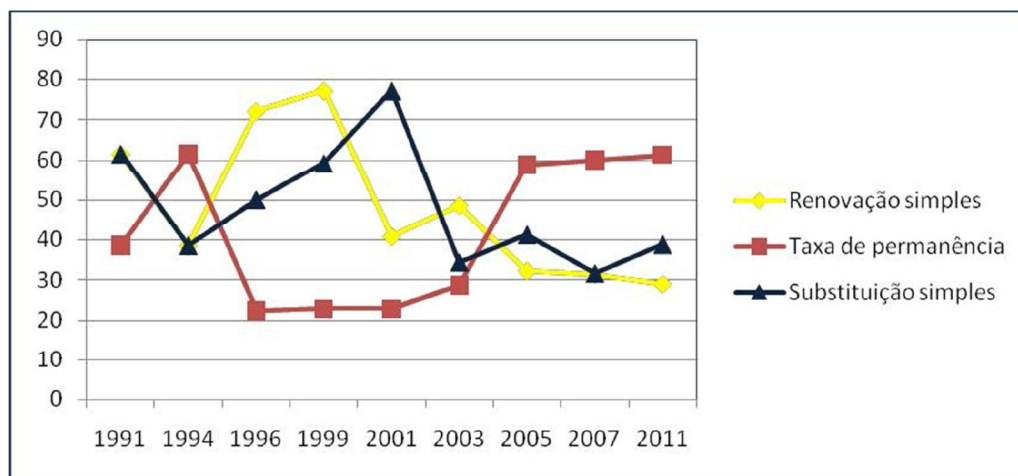
os suplentes e as mudanças não estão assumindo no momento da eleição e os líderes são membros natos.

A ênfase no PSDB e o processo de oligarquização das suas Executivas geraram dados inovadores. Após o cálculo dos indicadores em cada Executiva, a pesquisa teve diversos resultados, sendo os mais importantes expressos a seguir:

	Renovação simples	Taxa de permanência	Substituição simples	Membros
1989				13
1991	61,5	38,5	61,5	13
1994	38,5	61,5	38,5	13
1996	72,2	22,2	50	18
1999	77,3	22,7	59,1	22
2001	40,9	22,7	77,3	22
2003	48,6	28,6	34,3	35
2005	32,3	58,8	41,2	34
2007	31,4	60	31,5	35
2011	29	61,3	38,7	31
Média	48	41,8	48	23,6

Fonte: Índices calculados a partir de dados brutos compilados em documentos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

O gráfico apresenta uma melhor visualização dos três indicadores e a relação entre eles:



Fonte: Índices calculados a partir de dados brutos compilados em documentos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

A partir desses números, foram formuladas hipóteses sobre a relação entre a organização e fatores endógenos e exógenos do partido. Primeiramente, a média das 10 Executivas para a renovação simples e a substituição simples foi de 48% em ambas e de 41,8

para a taxa de permanência. Olhando apenas a média, o partido não teria um alto grau de oligarquização, pois a taxa de permanência atingiu menos da metade dos membros.

Em 1971, a Lei n. 5682- Lei Orgânica dos Partidos Políticos (LOPP) as disposições sobre as regras formais dos partidos eram rigidamente padronizadas. Em 1995, a Lei n. 9096 foi implantada e possibilitou maior autonomia para a organização interna dos partidos. Em 1996 não foram feitas muitas reformas, apenas adaptações nos estatutos, somente nos anos seguintes que maiores mudanças foram feitas (RIBEIRO, 2013). Isso pode explicar porque no ano de 1999 ocorreu a maior taxa de renovação dentre todas as Executivas analisadas, com 77,3% de novos membros.

Outro ponto observado é que de 1996 a 2001 houve uma queda nesse último indicador, ficando em torno de 22,5%. Uma hipótese para esse fato seria a de que muito dos membros saíram para assumir cargos no governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso. Em 2001 também foi possível perceber que a taxa de renovação foi de 40,9%, mas a de substituição foi de 77,3%, o que demonstra que uma grande parte dos membros não era estreante, mas sim “retornante”.

O período com maior taxa de permanência foi em 1994, com 61,5%, mas a partir de 2001, é demonstrada uma tendência dos membros de permanecerem por mais de uma Executiva, o que é comprovado pelo fato de que, a partir dessa data, esse indicador não decaiu. Esse dado comprova a afirmação de Ribeiro (2013) de que, com a perda do cargo de presidente, o partido perdeu o acesso a cargos de confiança e a grupos de interesse, então “a construção de uma organização mais sólida, mais centralizada nacionalmente, e mais concentrada em termos decisórios emergiu como estratégia de sobrevivência para as duas cúpulas (*PFL\ DEM e PSDB*), na tentativa de *atravessar o deserto da oposição* de volta ao governo” (RIBEIRO, 2013, p. 259). Com isso, de 2001 em diante, o partido teve um grau de oligarquização cada vez maior.

Todos esses fatores possibilitaram que o partido ocupasse o cargo mais importante numa eleição, o de presidente, em 1995, demonstrando eficiência eleitoral.

Referências Bibliográficas

DUVERGER, Maurice. **Os partidos políticos**. 3ed. Rio de Janeiro. Editora Guanabara. 1987.

FIGUEIREDO, A. & LIMONGI, F., **Instituições políticas e governabilidade: desempenho do governo e apoio legislativo na democracia brasileira**. In: C. R. Melo & M. Alcântara, eds. *A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21*. Belo Horizonte:

UFMG, 2007 p. 147-198.

GUARNIERI, F., **A força dos “partidos fracos”: um estudo sobre a organização dos partidos brasileiros e seu impacto na coordenação eleitoral**. Tese de Doutorado: Universidade de São Paulo. 2009.

KATZ, R. & MAIR, P., The Cartel Party Thesis: A Restatement. *Perspectives on Politics*, 7(4), p. 753-766. 2009.

MELO, C. R., 2007. **Nem tanto ao mar, nem tanto a terra: elementos para uma análise do sistema partidário brasileiro**. In: C. R. Melo & M. Alcántara, eds. *A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21*. Belo Horizonte: UFMG, p. 267-302

MENEGUELLO, R., **Partidos e governos no Brasil contemporâneo, (1985-1997)**. 1ª ed. São Paulo: Paz e Terra. 1998.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 6a Edição. Petrópolis: Editora Vozes. 1996.

NICOLAU, J., **Democracy in Brazil, 1985-2006: Moving toward Cartelization**. In: K. Lawson & J. Lanzaro, eds. *Political Parties and Democracy – Volume 1: The Americas*. Santa Barbara: Praeger, p. 101-126. 2010.

PEREIRA, C. & MUELLER, B., **Partidos Fracos na Arena Eleitoral e Partidos Fortes na Arena Legislativa: A Conexão Eleitoral no Brasil**. *Dados*, 46(4), p. 735-771. 2003.

PRAÇA, S. & DINIZ, S., **Partidos políticos: funcionam?.** 1ª ed. São Paulo: Paulus. 2005.

RIBEIRO, Pedro Floriano. **Organização e poder nos partidos brasileiros: uma análise dos estatutos**. *Revista Brasileira de Ciência Política*, p. 225-265. 2013 .

_____. 2010. **Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005**. 1. ed. São Carlos: EdUFSCar/FAPESP, 2010.

ROMA, Celso. **Organizaciones de partido en Brasil: El PT y el PSDB bajo perspectiva comparada**. *América Latina Hoy*, Salamanca, n. 44, p. 153-184, 2006, http://campus.usal.es/~revistas_trabajo/index.php/1130-2887/article/view/2482/2530

_____. 2002 **A institucionalização do PSDB entre 1988 e 1999**. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 71-92, 2002, http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092002000200006&script=sci_arttext

SANTOS, F. & VILAROUCA, M., **Political Institutions and Governability from FHC to Lula**. In: T. Power & P. Kingstone, eds. *Democratic Brazil Revisited*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press. 2008.

SOUZA, Maria do Carmo Campello. **Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)**.

São Paulo: Alfa-Ômega. 1983.

TAROUCO, G., 2010. **Institucionalização partidária no Brasil (1982-2006)**. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 4, p. 169-186.

VAN BIEZEN, I., **On the Internal Balance of Party Power: Party Organizations in New Democracies**. Party Politics, 6(4), p. 395-417. 2000.